

ADENDO AO RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO DE MARÇO DE 2013

Conforme mencionado no Relatório Mensal de Controle Interno referente ao mês de março de 2013, o controle do limite da despesa com pessoal somente seria verificado, e controlado de fato, quando tivéssemos a informação quanto à Receita Corrente Líquida do Município, o que veio a ser possível apenas em 28 de maio do corrente ano, quando fora encaminhada tal informação à Câmara Municipal. Sendo assim, passamos a completar a análise referente ao item 2.2.2. do relatório supracitado:

2.2.2. Despesa com pessoal

Consideramos como despesa com pessoal as despesas exibidas no art. 18 da Lei Complementar nº 101/2000. O limite legal previsto no artigo 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal prevê o gasto máximo de 6% (seis por cento) da receita corrente líquida do Município com pessoal do Poder Legislativo. Para a análise do limite estabelecido no artigo 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal, primeiramente, há a necessidade de identificar o total dos gastos com pessoal, relacionando as despesas desta natureza, conforme se segue:

DESPESAS:

| | | |
|-------------------------------------|---|----------------|
| 3.1.90.01.00 | Aposentadorias e Reformas | R\$11.425,11 |
| 3.1.90.05.00 | Outros Benefícios Previd. Serv. ou..... | R\$ 84,83 |
| 3.1.90.09.00 | Salário Família..... | R\$ 0,00 |
| 3.1.90.11.00 | Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal (inclusive Subsídio Vereador).... | R\$ 208.583,51 |
| 3.1.90.13.00 | Obrigações Patronais | R\$ 36.906,77 |
| 3.1.90.16.00 | Outras Desp. Variáveis-Pessoal Civil..... | R\$ 2.682,12 |
| Total das Despesas com Pessoal..... | | R\$ 259.682,34 |

Encontrado o total das despesas com pessoal, passamos a verificar o percentual do gasto com pessoal do Poder Legislativo em relação à receita corrente líquida do Município, tomando por base o disposto no §2º, do art. 18, da Lei de Responsabilidade Fiscal, a saber, somamos a despesa com pessoal realizada no mês em referência com as dos onze imediatamente anteriores, o que totalizou o valor de R\$ 3.111.438,43 (três milhões cento e onze mil quatrocentos e trinta e oito reais e quarenta e três centavos). A receita corrente líquida do Município, no mesmo período, totalizou R\$ 141.920.411,96 (cento e trinta e um milhões novecentos e vinte mil quatrocentos e onze reais e noventa e seis centavos). Sendo assim, o valor total das despesas com pessoal do Poder Legislativo no período apurado representou 2,19% (dois vírgula dezenove por cento) da receita corrente líquida do Município, ou seja, bem aquém do limite de 6% (seis por cento), bem como dos limites prudenciais previstos no parágrafo único, do art. 22, e no inciso II, §1º, do art. 59, ambos da LRF.

Com relação ao limite estabelecido pelo inciso VII, do art. 29, da Constituição Federal, a saber, “o total da despesa com a remuneração dos Vereadores não poderá ultrapassar o montante de cinco por cento da receita do Município”, identificamos que a receita do Município no mês em referência foi de R\$

COMISSÃO PERMANENTE DE**CONTROLE INTERNO**

12.717.608,85 (doze milhões setecentos e dezessete mil seiscentos e oito reais e oitenta e cinco centavos), em contrapartida, o total da despesa com remuneração dos Vereadores no mesmo mês representou o montante de R\$ 95.550,00 (noventa e cinco mil quinhentos e cinquenta reais) o que equivale a 0,75% (zero vírgula setenta e cinco por cento) da referida receita. Contudo, somando-se os resultados da receita do Município do mês anterior com a do mês em referência, e da despesa com a remuneração dos Vereadores da mesma forma, chegamos ao percentual de 0,68% (zero vírgula sessenta e oito por cento), ficando, assim, comprovada a obediência ao preceito constitucional supramencionado, tendo em vista que se encontra bem aquém do limite constitucional, nem mesmo chegando a 1% da receita do Município, conforme demonstrado abaixo:

| MÊS | RECEITA DO MUNICÍPIO | DESPESAS COM REMUNERAÇÃO DOS VEREADORES | PERCENTUAL PERMITIDO | PERCENTUAL EFETIVADO |
|--------------|-----------------------------|--|-----------------------------|-----------------------------|
| Janeiro | R\$ 16.398.800,70 | R\$ 95.550,00 | 5% | 0,58% |
| Fevereiro | R\$ 13.098.856,06 | R\$ 95.550,00 | 5% | 0,73% |
| Março | R\$ 12.717.608,85 | R\$ 95.550,00 | 5% | 0,75% |
| TOTAL | R\$ 42.215.265,61 | R\$ 286.650,00 | 5% | 0,68% |

CONSELHEIRO LAFAIETE, 07 DE JUNHO DE 2013.

ANDERSON LEONARDO TAVARES

ÉDIA LUCIENE MAGALHÃES DE CARVALHO NETO

ANDERSON HENRIQUES FERREIRA